

CEMITÉRIOS – Uso de equipamento municipal – Sala de velório

**Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Albufeira**

AGÊNCIA			
Nome			
Telefone	Fax	NIF	
Correio Eletrónico			
Registo DGAE nº			

REQUERENTE	
Nome*	
Domicílio/Sede*	
Freguesia	
Código Postal	Localidade
Telefone*	Telemóvel*
Correio Eletrónico	
N.º de Identificação Civil*	Válido até*
Tipo	<input type="checkbox"/> Bilhete de Identidade <input type="checkbox"/> Cartão de Cidadão <input type="checkbox"/> Passaporte <input type="checkbox"/> Autorização de Residência
N.º de Identificação Fiscal*	
Na qualidade de	
<input type="checkbox"/> Testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentaria <input type="checkbox"/> Cónjuge sobrevivente <input type="checkbox"/> Pessoa que residia com o(a) falecido(a) em condições análogas às dos cônjuges	<input type="checkbox"/> Qualquer herdeiro <input type="checkbox"/> Qualquer familiar <input type="checkbox"/> Qualquer pessoa ou entidade
* - Campos de preenchimento obrigatório. Preencha de forma legível e sem abreviaturas. As datas devem ser escritas no formato aaaa/mm/dd.	

FALECIDO(A)	
Nome*	
Estado civil à data da morte	
Residência à data da morte	
Código Postal	Localidade
Data de Falecimento	Local de Falecimento
Freguesia	Concelho
* - Campos de preenchimento obrigatório. Preencha de forma legível e sem abreviaturas. As datas devem ser escritas no formato aaaa/mm/dd.	

PEDIDO

Vem requerer a V. Exa., a utilização de **Sala de velório** nº [REDACTED],
do dia [REDACTED] às [REDACTED] ao dia [REDACTED] às [REDACTED]

DECLARAÇÃO

Estabelece o art.º 3 do Decreto-Lei n.º 441/98, de 30 de dezembro, que:

1. Têm legitimidade para requerer a prática de atos regulados no presente Decreto-Lei, sucessivamente:
 - a) O testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentaria;
 - b) O cônjuge sobrevivente;
 - c) A pessoa que vivia com o falecido em condições análogas à dos cônjuges;
 - d) Qualquer herdeiro;
 - e) Qualquer Familiar;
 - f) Qualquer pessoa ou entidade;
2. Se o falecido não tiver a nacionalidade portuguesa, tem também legitimidade o representante diplomático ou consular do país da sua nacionalidade.
3. O requerimento para a prática desses atos pode ser também apresentado por pessoa munida de procuração com poderes especiais para esse efeito passada por quem tiver legitimidade nos termos dos números anteriores.

Assim, o requerente, declara, sob compromisso de honra que:

- Não existe quem o preceda, nos termos do artigo 3.º.
- Existe quem o preceda, mas não pretende ou não pode, aquele, requerer a prática de qualquer ato previsto no mencionado Decreto-Lei.

ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS

Para o efeito anexa ao presente, o seguinte documento:

- Documento de Identificação Civil do requerente ou de quem o representar, quando o requerente for uma pessoa coletiva;
- Procuração com poderes especiais para o efeito, nos caso dos n.º 3 do art.º 3.º;
- Documento de Identificação Civil do falecido.

NOTIFICAÇÕES/COMUNICAÇÕES

- Tomei conhecimento que as notificações serão enviadas exclusivamente por correio eletrónico para o endereço indicado nos dados pessoais do requerente e representante (caso seja aplicável) e que as mesmas estarão disponíveis no balcão eletrónico.
- Pretendo que as notificações também sejam enviadas para o(s) seguinte(s) correio(s) eletrónico(s)

Nota: Em caso de preencher mais do que um correio eletrónico, deverão ser separados por “;”

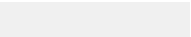
OBSERVAÇÕES

PROTEÇÃO DE DADOS

- O titular de dados tomou conhecimento que o Município de Albufeira tem legitimidade para proceder ao tratamento destes dados nos termos e para os efeitos do Art. 6º, n.º 1. al. b), c), e) e f) do RGPD, encontrando-se toda a informação necessária nos termos dos artigos 13.º e 14.º do RGPD, relativamente ao tratamento de dados e ao exercício de direitos por parte do titular na Política de Privacidade e de Proteção de Dados em vigor no Município de Albufeira, disponível em <https://www.cm-albufeira.pt/content/politica-de-privacidade>

O(A) subscritor(a), sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente documento correspondem à verdade e que tomou conhecimento que cumpre todas as obrigações legais e regulamentares identificadas.

Pede deferimento,

Albufeira, 

O(A) Requerente

Assinatura do(a) requerente ou de outrem a seu rogo, se o mesmo não souber ou não puder assinar